



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS – UNEAL
CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA – CLIND

MÁRCIA DOS SANTOS LIMA SILVA

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA AO ALUNO SURDO:
UMA EXPERIÊNCIA COM ALUNO INDÍGENA WASSU COCAL

PALMEIRA DOS ÍNDIOS, AL

2025

MÁRCIA DOS SANTOS LIMA SILVA

**ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA AO ALUNO SURDO:
UMA EXPERIÊNCIA COM ALUNO INDÍGENA WASSU COCAL**

Trabalho apresentado à Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, como requisito para conclusão do curso de Licenciatura em Letras-Português e Suas Literaturas.

Orientador: Prof. Dr. David Christian de Oliveira Pereira

PALMEIRA DOS ÍNDIOS, AL

2025

SILVA, Márcia dos Santos Lima. **ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA AO ALUNO SURDO: UMA EXPERIÊNCIA COM ALUNO INDÍGENA WASSU COCAL**. Joaquim Gomes/AL, 2025. 24 Pág. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena em Letras) – Curso de Letras - Português, Polo Zona da Mata Joaquim Gomes/AL, Universidade Estadual de Alagoas, Joaquim Gomes/AL.

Artigo Científico, apresentado ao Curso de Letras - Português da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Polo Zona da Mata Joaquim Gomes/AL, como requisito parcial à obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), e do título de Licenciatura Intercultural Indígena em Letras.

Orientador: Prof. Dr. David Christian de Oliveira Pereira

Aprovado em: 05/04/2025.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. David Christian de Oliveira Pereira (Orientador) – UNEAL

Profa. Dra. Maria Bethânia da Rocha de Oliveira/ Avaliador(a) – UNEAL
/ Avaliador(a) – UNEAL

Prof. Dra. Samara Cavalcanti da Silva/ Avaliador(a) – UNEAL

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. Primeiramente, agradeço a Deus, pela sabedoria e força que me proporcionou ao longo desta jornada. Ao meu orientador, Prof. Dr. David Christian de Oliveira Pereira, pela orientação incansável, pelo apoio, pelas sugestões valiosas e pela paciência ao longo de todo o processo. Sua expertise foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho. Aos meus familiares, pelo amor, compreensão e apoio emocional. Eles foram meu alicerce em momentos de desafios, sempre me incentivando a continuar e a superar as dificuldades. Aos meus amigos, por sempre estarem ao meu lado, oferecendo palavras de ânimo e nos momentos de descontração, que foram fundamentais para equilibrar os estudos e as vivências. Aos meus professores do curso de Letras, que com seu trabalho e dedicação tornaram minha trajetória acadêmica mais rica e completa. Suas lições, tanto em sala de aula quanto nas orientações, foram fundamentais para meu crescimento pessoal e profissional. A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho fosse concluído, meu sincero agradecimento. Por fim, agradeço a todos os envolvidos na pesquisa e na coleta de dados, sem os quais este estudo não teria sido possível.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, pelo amor incondicional, apoio constante e por sempre acreditarem em mim, mesmo nos momentos mais difíceis. Aos meus pais, Antônio e Maria das Graças, por me ensinarem a importância da perseverança, do trabalho árduo e do valor do conhecimento. Aos meus amigos, que estiveram ao meu lado em todos os momentos, oferecendo risos, conselhos e apoio nos dias de desafios. E de maneira especial, a todos que de alguma forma contribuíram para o meu crescimento durante essa jornada.

RESUMO

Em *Ensino de Língua Portuguesa ao aluno surdo: uma experiência com aluno indígena Wassu Cocal*, objetivo discutir a importância do ensino de Língua Portuguesa, Libras e português. Para este fim, optamos por utilizar uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo realizada com uma professora que leciona a alunos ouvintes e um aluno surdo. Constatou-se que o ensino de Língua Portuguesa para alunos surdos indígenas requer uma abordagem diferenciada que respeite a cultura e a língua de origem do aluno, considerando tanto a língua indígena quanto a Língua de Sinais Brasileira (Libras). Esse ensino deve promover a inclusão e facilitar o acesso ao aprendizado, possibilitando que o aluno indígena surdo compreenda o português como segunda língua.

Palavras-chave: Educação de surdos, Libras, Leis, Aprendizagem, Direito, Aluno.

INTRODUÇÃO

Esta monografia teve como objetivo geral analisar o processo de ensino da Língua Portuguesa ao aluno surdo na instituição educacional. Tomamos como campo de investigação a Escola Estadual José Máximo de Oliveira, situada na Aldeia Wassu Cocal, em Joaquim Gomes, Alagoas. Como objetivos específicos, pretendemos demonstrar como está sendo realizado o trabalho pedagógico com o aluno com deficiência auditiva, e, se os profissionais da escola estão preparados para atender às necessidades do surdo na perspectiva do ensino de língua portuguesa.

A escolha por esta temática surgiu a partir do 8º período do curso de Letras, quando percebi que é preciso uma atenção e abordagem metodológica diferenciada no ensino de língua portuguesa para o aluno surdo. Enquanto professora de português, precisava conhecer a referida temática para melhorar meu conhecimento, que até então era muito insuficiente e equivocado. Ainda hoje, o aluno surdo enfrenta dificuldades dentro da escola, como a falta de intérprete de Libras e de professores capacitados para atendê-lo.

A pesquisa foi desenvolvida em dois momentos. No primeiro, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema específico, analisando diversos autores que deram subsídios necessários para compreender o tema. Destacamos as ideias de Skliar (1997) e Leite (2005), além dos dispositivos legais, tais como a LDB nº 14.191/21.

No segundo momento, realizamos uma pesquisa de campo com a participação de uma docente, mãe, coordenadora e a gestora da escola, utilizando um questionário com questões abertas. Obtivemos muitas informações que incrementaram esta pesquisa.

Assim, demonstramos ao longo desta tessitura que a trajetória das pessoas com deficiência foi marcada por muita resistência, pois elas já eram excluídas desde a Antiguidade. Contudo, a exclusão ainda persiste. No processo histórico, a pessoa com deficiência era vista como incapaz castigada pelos deuses, seres inoperantes, que não podiam fazer parte da sociedade por não serem iguais aos outros. Porém, no presente, a situação não é tão diferente. As pessoas surdas ainda são desvalorizadas tanto no ambiente educacional quanto fora dele. Os profissionais, por

desconhecimento sobre a surdez e a Libras, acabam impedindo o pleno desenvolvimento do surdo.

2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

2.1. O processo de exclusão na Idade antiga

Os surdos, por muito tempo, viveram à margem da sociedade. Em diversos contextos, não eram considerados cidadãos. As pessoas com deficiência eram destacadas por possuírem características divergentes daquelas instituídas pela sociedade.

Segundo Strobel (2008, p. 21), “na Idade Antiga, 476 d.C., Roma não perdoava o surdo porque compreendia que era uma pessoa castigada ou enfeitiçada; por isso, abandonava-o ou jogava-o no rio Tibre”. Só se salvava aquele que conseguia sobreviver ao rio ou aquele que os pais escondiam. Na Bíblia Sagrada, no livro de Êxodo, capítulo 4, versículo 11, Moisés diz: “Quem fez o mudo, ou o surdo, ou o que vê, ou o cego? Não sou eu o Senhor?” (ALMEIDA, 2001, p. 65).

No livro de Levítico, capítulo 19, versículo 14, ensina-se como tratar o semelhante: “Não amaldiçoarás o surdo, nem porás tropeço diante do cego; mas temerás o teu Deus. Eu sou o Senhor.” (ALMEIDA, 2001, p. 139). No evangelho de Marcos, capítulo 7, versículos 32-37, tem-se o relato da cura de surdos realizada por Jesus Cristo.

E trouxeram-lhe um surdo, que falava dificilmente; e rogaram-lhe que pusesse a mão sobre ele. E, tirando-o à parte, de entre a multidão, meteu-lhe os dedos nos ouvidos; e, cuspindo, tocou-lhe na língua. E, levantando os olhos ao céu, suspirou, e disse: Efatá; isto é, abre-te. E logo se lhe abriram os ouvidos, e a prisão da língua se desfez, e falava perfeitamente. E ordenou-lhes que a ninguém o dissessem; mas, quanto mais lho proibiam, tanto mais o divulgavam. E, admirando-se sobremaneira, diziam: Tudo faz bem; faz ouvir os surdos e falar os mudos (Almeida, 2001, p. 58-59).

Devido à influência da Igreja Católica, a deficiência foi entendida como um fenômeno espiritual e metafísico. Entendia-se o nascimento desses sujeitos ao sobrenatural, sendo vistos como uma personificação do mal, um produto da união entre a mulher e o demônio, o que justificava a queima de ambos, mãe e criança.

Aqueles que não eram mortos tornavam-se vítimas de punições, torturas e diversos tipos de maus-tratos para a expiação dos pecados.

A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, 33 ser perfeito, incalculava a ideia de condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo “parecidos com Deus”, os portadores de deficiências (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana (Mazzotta, 2001, p. 16.)

A partir da Declaração de Salamanca, as políticas de diretrizes da Educação Especial começaram a mudar e passaram a ter subsídios na proposta de inclusão. Muitas mudanças foram alcançadas, novos conceitos surgiram e, a partir de um novo contexto, iniciaram-se pesquisas e estudos sobre Surdez. Constatou-se que o aluno surdo é capaz de realizar ações inteligentes desde que lhes propicie um contexto interativo partindo de situações significativas e de suas próprias experiências, assim ele efetivará o seu real aprendizado.

A Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas pela Lei nº 10.436 de 2002 (BRASIL, 2002), regulamentada pelo Decreto nº 5.626, em 2005 (BRASIL, 2005). A partir deste Decreto, o ensino de Libras tornou-se obrigatório em cursos de graduação relacionados à área da saúde e educação (Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, por exemplo). Em 6 de julho de 2015, foi sancionada a Lei 13.146, e em seu Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

2.2. A Língua Brasileira de Sinais

A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS é a LS (Língua de Sinais) utilizada no Brasil. Ela não é universal, é uma língua específica, composta de um alfabeto manual, que possui uma gramática própria e variação lingüística regional. De acordo com a Gramática das Libras (1997), de Ferreira Brito:

A Libras é dotada de uma gramática constituída a partir de elementos constitutivos das palavras ou itens lexicais e de um léxico (o conjunto das palavras da língua) que se estruturam a partir de mecanismos morfológicos, sintáticos e semânticos que apresentam especificidades, mas seguem também princípios básicos gerais (Ferreira Brito, 1997, p. 23).

O aprendizado das Libras possibilita ao surdo maior facilidade de demonstrar seus desejos, sentimentos e necessidades. Promove também uma estruturação do pensamento, desenvolvimento cognitivo e da linguagem, e permite a interação social. Segundo Sá (2011), a Libras permite ao surdo estruturar o seu conhecimento:

[...] as palavras e as outras estruturas da Língua Portuguesa (LP) só poderão fazer sentido para pessoas surdas brasileiras (crianças, jovens e adultos) se elas tiverem uma língua que lhes permita estruturar seu conhecimento de mundo e suas experiências subjetivas (p. 170)

Através da língua se fortalece a cultura e a identidade, desta feita, o surdo necessita ter a Libras de forma acessível no contexto sócio educacional. Fazer o educando surdo estudar uma língua diferente da sua, natural, como primeira língua, é negar sua existência, oprimir e discriminar.

2.3. Ensino de Libras: processo essencial na efetivação da educação inclusiva

A educação de surdos através de um Ensino Bilíngüe, contemplando a Língua Brasileira de Sinais como L1, ainda é um grande desafio em nosso país. É desafiador também a difusão das Libras para toda a sociedade. O que se percebe é que o Ensino de Libras está sendo deficiente, pouco é oportunizado aos surdos o estudo da sua própria língua, e a maioria da sociedade desconhece a Libras. Para

os surdos não basta está “incluso” na Escola da rede regular, é necessário que ele se sinta parte do todo, que haja uma socialização, uma “inclusão real”.

A Lei Educacional nº 10.436 de 24 de abril de 2002, no artigo 1º, parágrafo único, reconhece a Libras como:

a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Brasil, 2002, p. 1).

A Libras, portanto, é uma língua e constitui a forma de comunicação e expressão da comunidade surda. Com base no Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, promove-se a existência e o funcionamento de escolas inclusivas, viabilizando novas alternativas no ensino de Libras, bem como a formação de professores para atuar desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, além da capacitação de tradutores e intérpretes para auxiliar no processo educacional de alunos surdos.

Entretanto, o que se verifica, na prática, são projetos de inclusão parcial, que não estão associados a mudanças estruturais nas escolas. Esses projetos continuam atendendo alunos especiais de forma segregada e com profissionais sem a formação adequada.

Skliar (2010) reflete sobre as possíveis justificativas para o fracasso educacional dos surdos. Há um número expressivo de surdos analfabetos, sem acesso ao ensino superior e à qualificação profissional, além de muitos não conhecerem sequer a sua própria língua. Para o referido autor, não podemos aceitar um sistema educacional que justifique esse fracasso. Do ponto de vista dos surdos, o fracasso está relacionado à falta de acesso à Língua Brasileira de Sinais e a um processo demorado de identificação com outros surdos (Skliar, 2010).

Essa questão está diretamente ligada ao aprendizado da própria língua. Diferentemente dos ouvintes, muitas crianças surdas ingressam nas escolas sem conhecimento prévio da Língua Brasileira de Sinais. A maioria dessas crianças vem

de famílias ouvintes que não sabem Libras. Isso ressalta a importância de ensinar a Língua Brasileira de Sinais na educação básica.

É imprescindível que o ensino de Libras seja incluído nas séries iniciais do ensino fundamental, permitindo que o aluno surdo adquira sua língua e, posteriormente, receba informações escolares em Libras, com o apoio de intérpretes ou professores surdos.

Mantoan (2002), ao tratar da inclusão, questiona o que deve ser mudado: os alunos ou a escola, para atender às velhas exigências? Alunos surdos continuam sendo colocados à margem da sociedade, inseridos em ambientes escolares que não oferecem alternativas voltadas às suas necessidades lingüísticas.

Para o surdo, a Língua Brasileira de Sinais vai além da aquisição de uma língua: ela é essencial para o desenvolvimento como pessoa e cidadão. Todavia, é necessário que essas mudanças na escola contemplem os alunos surdos, sendo inseridas desde a Base Curricular, passando pelo Projeto Político Pedagógico e a práxis docente, para que o ensino se torne adequado às particularidades e especificidades de cada aluno.

A escola precisa repensar seu papel na sociedade, promovendo estratégias que permitam a inclusão e o desenvolvimento da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua desses sujeitos. É fundamental criar meios para que o que está estabelecido na lei se torne realidade. É necessário redirecionar as práticas pedagógicas e as políticas inclusivas para que a inclusão deixe de ser apenas um sonho da comunidade surda. Proporcionar o ensino de Libras aos educandos surdos e ampliar esse ensino para os alunos ouvintes e todos os membros da rede escolar é uma necessidade urgente para que a inclusão dos alunos surdos seja efetiva.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Em sua tese de doutorado, intitulada *“Comunidades Indígenas e as Línguas de Sinais: os desafios do ensino bilíngue para indígenas surdos”*, publicada em 2022, a pesquisadora Luciana Lopes Coelho chegou à conclusão de que a necessidade de adequação do ensino ministrado em escolas indígenas para a inclusão de estudantes surdos traz à tona questões que envolvem as políticas

linguísticas e as políticas de educação especial para estudantes surdos que vivem em comunidades indígenas plurilíngues.

Buscou-se conhecer e levantar as múltiplas interfaces entre essas modalidades, enfatizando as línguas, os dispositivos político-normativos e as articulações entre ambas as áreas, sobretudo aqueles produzidos com base no princípio da Educação Inclusiva.

A pesquisa foi qualitativa, com a orientação teórica dos estudos pós-críticos e da etnografia pós-moderna, no intuito de conhecer e explorar modos alternativos de pensar, falar e realizar determinadas práticas sociais em contextos específicos, onde são observadas as micropolíticas do cotidiano, que constituem e são constituídas pelos discursos dominantes de nossa sociedade.

Conhecer as diferentes realidades e práticas de inclusão no Brasil e em outros países oportuniza uma melhor compreensão dos cotidianos escolares diversos e plurilíngues, além de permitir a construção de novas e diferentes políticas linguísticas que contemplem as múltiplas realidades vivenciadas pelos sujeitos indígenas surdos.

As pesquisas evidenciam a escassez de trabalhos produzidos sobre o tema da escolarização de pessoas com deficiência nas escolas indígenas e/ou plurilíngues e sobre as línguas de sinais indígenas. Também salientam que o tema envolve questões complexas que necessitam de maiores investigações, preferencialmente realizadas pelos próprios professores indígenas, tais como a cosmovisão dos povos indígenas sobre as diferenças linguísticas e sobre as línguas maternas faladas e sinalizadas por eles.

Assim como as línguas originárias faladas, as línguas de sinais indígenas também precisam ser investigadas, catalogadas e conhecidas pelas comunidades, pelos pesquisadores e pelas instituições escolares. A inserção de conhecimentos específicos relacionados a essas línguas nos cursos de formação de professores pode contribuir para sua difusão e utilização nas comunidades indígenas. Todas essas questões apontam para a necessidade de outras políticas linguísticas e educativas, que priorizem o conhecimento das línguas indígenas das comunidades, incluindo as línguas de sinais constituídas pelos indígenas surdos.

O desafio desse ensino está em discutir e refletir sobre o espaço da Libras e da língua portuguesa nos currículos dos estudantes indígenas surdos brasileiros, assim como sobre as estratégias de ensino dessas línguas, considerando-as como

segunda e/ou terceira língua. Tornam-se fundamentais investigações sobre as línguas e seu papel no ensino desses estudantes, além do desenvolvimento de estratégias linguísticas e educativas para comunidades plurilíngues e multiculturais.

O autor Bruno Roberto Nantes Araújo, em sua tese de doutorado intitulada *Educação de Indígenas Surdos e as Línguas Indígenas de Sinais*, defendida no ano de 2018, objetivou apresentar e refletir sobre os pressupostos teóricos dos estudos das línguas de sinais indígenas, conforme apresentados por diferentes pesquisadores brasileiros em diversas comunidades indígenas.

A metodologia adotada tem cunho qualitativo (Marconi & Lakatos, 2004), envolvendo o levantamento bibliográfico de pesquisas de mestrado desses pesquisadores, nos quais são apresentados materiais e estratégias de catalogação das línguas de sinais indígenas, bem como suas vivências durante as pesquisas.

Observou-se que, dentro das escolas indígenas, com a participação de narrativas de famílias com filhos matriculados nessas instituições, onde havia a presença de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, assim como por meio das narrativas dos pesquisadores, houve uma importante contribuição para o avanço das materializações de novas pesquisas e ações que respaldem o direito linguístico dos estudantes indígenas surdos.

Faz-se necessária, ainda, a constituição de um currículo específico para a educação dos indígenas surdos, com a participação de professores indígenas surdos e ouvintes de cada etnia, de forma que o olhar não se volte exclusivamente para a Língua Brasileira de Sinais, mas também para todas as línguas de sinais locais e a nacional, conforme já estabelecido na Resolução nº 05/2012. Além disso, é imprescindível descolonizar o olhar dos pesquisadores, professores e intérpretes, sejam eles surdos ou ouvintes, para que se possa compreender que os indígenas surdos vão além do ensino de língua, constituindo-se como seres surdos plurais, com formas próprias de perceber e compreender o mundo.

A autora Marilda Moraes Garcia Bruno, em seu artigo intitulado *A Interface entre Educação Escolar Indígena e a Educação de Surdos no MS*, publicado em 2011, apresenta o resultado de uma investigação realizada em comunidades Guarani e Kaiowá. O objetivo do estudo foi levantar e analisar os discursos que circulam entre os profissionais da educação escolar indígena sobre as diferenças dos estudantes surdos. A fundamentação teórico-metodológica adotada baseou-se nos pressupostos da teoria pós-crítica.

Os participantes da pesquisa elencaram as barreiras enfrentadas pelos estudantes para o acesso às escolas e aos conhecimentos locais e universais, incluindo as línguas utilizadas em suas comunidades. Argumenta-se que a ampliação das investigações e do uso de línguas de sinais emergentes nesses contextos pode contribuir para práticas de ensino plurilíngues mais adequadas aos estudantes indígenas surdos.

Os dados da pesquisa evidenciam que os discursos da educação escolar em suas modalidades indígena, bilíngue e especial circunscrevem os sujeitos e as práticas pedagógicas em tramas discursivas pré-estabelecidas, que capturam as diferenças e as invisibilizam em contextos específicos. As barreiras impostas para o acesso e participação de estudantes indígenas surdos em instituições escolares mostram que o sistema de ensino tem negado o direito linguístico e o próprio direito à educação escolar que esses estudantes possuem.

As barreiras estruturais impedem o acesso das pessoas com deficiência às instituições e serviços, e as barreiras de comunicação são erguidas no convívio de estudantes surdos com outros estudantes e profissionais da rede (professores, gestores, técnicos da educação especial, etc.), intensificando-se nos momentos de ensino e aprendizagem de conteúdos curriculares.

A falta generalizada de profissionais conhecedores de Línguas de Sinais, com formação específica, impõe aos estudantes indígenas surdos uma responsabilidade individual de sucesso escolar em um contexto plurilíngue. A demanda por profissionais da educação escolar, nesse contexto, exige uma formação em Línguas de Sinais e em Educação Bilíngue/Plurilíngue mais atenta às diferenças culturais e linguísticas dos estudantes indígenas surdos.

Em seu artigo intitulado "Comunidades Indígenas e as Línguas de Sinais", as pesquisadoras Luciana Lopes Coelho e Marilda Moraes Garcia, no ano de 2022, chegaram à conclusão de que a necessidade de adequação do ensino ministrado em escolas indígenas para a inclusão de estudantes surdos traz à tona questões que envolvem as políticas linguísticas e as políticas de educação especial para estudantes surdos que vivem em comunidades indígenas plurilíngues. Buscou-se conhecer e levantar as múltiplas interfaces entre essas modalidades, enfatizando as línguas, os dispositivos político-normativos e as articulações entre ambas as áreas, sobretudo aqueles produzidos com base no princípio da Educação Inclusiva.

A pesquisa foi qualitativa, com a orientação teórica dos estudos pós-críticos e da etnografia pós-moderna, no intuito de conhecer e explorar modos alternativos de pensar, falar e realizar determinadas práticas sociais. Foi realizada em contextos específicos, onde são observadas as micropolíticas do cotidiano que constituem e são constituídas pelos discursos dominantes de nossa sociedade.

Conhecer as diferentes realidades e práticas de inclusão no Brasil e em outros países oportuniza uma melhor compreensão dos cotidianos escolares diversos e plurilíngues, além de permitir a construção de novas e diferentes políticas linguísticas que contemplem as múltiplas realidades vivenciadas pelos sujeitos indígenas surdos.

As pesquisas evidenciam a escassez de trabalhos produzidos sobre o tema da escolarização de pessoas com deficiência nas escolas indígenas e/ou plurilíngues e sobre as línguas de sinais indígenas. Também salientam que o tema envolve questões complexas que necessitam de maiores investigações, preferencialmente realizadas pelos próprios professores indígenas, tais como a cosmovisão dos povos indígenas sobre as diferenças linguísticas e sobre as línguas maternas faladas e sinalizadas por eles.

As investigações já realizadas sobre a comunicação de pessoas surdas que vivem em comunidades indígenas apontam que existem formas diferentes de comunicação utilizadas por elas. Em várias escolas dessas comunidades indígenas, quando acontece a inclusão de uma língua de sinais no ensino de estudantes surdos, a língua ensinada é a Libras, no Brasil, e a LSM, no México. Gestores escolares e professores têm entendido que esse ensino contempla a diferença dos estudantes surdos; contudo, a comunicação sinalizada já desenvolvida por eles fica fora da escola, restringindo-se a outros espaços sociais e familiares.

Em países como Paraguai, México e Espanha, o ensino das línguas de sinais tem sido complementar à escolarização e visa à alfabetização nas línguas espanhola e guarani. No Brasil, apesar da existência da modalidade de educação indígena com a inserção de línguas originárias no currículo, o ensino da língua de sinais dos surdos urbanos e da língua portuguesa para estudantes indígenas surdos é hegemônico. Nesses países, urge a necessidade de ampliar as oportunidades educativas para a população indígena surda. Isso não significa apenas a garantia do direito de acesso à escola, mas, principalmente, o direito de acesso à língua originária como membro de uma comunidade linguística minoritária. É necessário

reconhecer e valorizar a diferença linguística das pessoas indígenas usuárias de uma língua de sinais.

Assim como as línguas originárias faladas, as línguas de sinais indígenas também precisam ser investigadas, catalogadas e conhecidas pelas comunidades, pelos pesquisadores e pelas instituições escolares. A inserção de conhecimentos específicos relacionados a essas línguas nos cursos de formação de professores pode contribuir para a difusão e utilização delas nas comunidades indígenas.

Todas essas questões apontam para a necessidade de outras políticas linguísticas e educativas que priorizem o conhecimento das línguas indígenas das comunidades, incluindo as línguas de sinais constituídas pelos indígenas surdos. O desafio desse ensino está em discutir e pensar o espaço da Libras e da língua portuguesa nos currículos dos estudantes indígenas surdos brasileiros, assim como as estratégias de ensino dessas línguas, considerando-as como segunda ou terceira língua. Tornam-se fundamentais investigações sobre as línguas e o papel delas no ensino dos estudantes, bem como o desenvolvimento de estratégias linguísticas e educativas para as comunidades plurilíngues e multiculturais.

4. TECENDO VISÕES SOBRE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA A UM ALUNO SURDO E INDÍGENA WASSU COCAL

Em 11 de dezembro de 2024, foi realizada uma pesquisa de campo na Escola Estadual José Máximo de Oliveira. A pesquisa consistiu em uma entrevista com uma professora que atua no 6º ano do ensino fundamental. A entrevista, com duração aproximada de 30 minutos, buscou apresentar os principais desafios enfrentados no ensino da língua portuguesa para alunos surdos em sala de aula, dificuldade de aprendizagem do aluno surdo, relações de convivências do aluno com os colegas, importância dos recursos visuais ou tecnológicos e como é o processo de inclusão na sala de aula.

A professora, graduada em pedagogia, mas sem especialização em Libras, apontou que a maior dificuldade de aprendizagem do aluno é em língua portuguesa. Para adaptar o planejamento pedagógico para incluir alunos surdos, é preciso considerar as necessidades específicas desses alunos e utilizar recursos.

Uma das maiores dificuldades do professor de Língua Portuguesa é desenvolver o trabalho com a leitura e escrita com alunos surdos, já que, quando falantes de Libras, podem encontrar muita dificuldade de compreensão do modo como a língua portuguesa se organiza, uma vez que há diferenças substanciais em todos os níveis de estruturação, quando essas duas línguas são comparadas. (Silva; Santos, 2021)

Algumas estratégias que podem ser adotadas segundo a profissional são, por exemplo, utilizar recursos visuais para melhorar a aprendizagem dos conteúdos trabalhados em sala de aula, dicionários, configurações de legendas em português, vídeos em libras, escuta visual, a apresentação de filmes. Conforme a pesquisa, os vídeos devem ser passados sempre com legendas.

A utilização de vídeos com legendas é fundamental para a educação de alunos surdos, pois facilita a compreensão do conteúdo e promove a inclusão desses estudantes no processo de aprendizagem. Conforme destacado por Morais (2018), "o uso das redes sociais e dos aplicativos como fatores de interação social constatou que houve melhora na comunicação dos surdos com outros sujeitos".

Caso o material não seja legendado, existe a possibilidade do uso de *softwares*, como o *Windows Movie Maker*, por exemplo. O uso de desenhos, esquemas, detalhes visuais, além de cores diferenciadas, setas e símbolos, é fundamental para o processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos. Esses recursos visuais ampliam a compreensão dos conteúdos, uma vez que a aprendizagem desses estudantes ocorre, prioritariamente, por meio de estímulos visuais. Incorporar tais estratégias pedagógicas favorece não apenas o entendimento, mas também a inclusão, tornando o ambiente educacional mais acessível e significativo (Strobel, 2009).

Na sala de recursos o aluno consegue aprender com mais facilidade os conteúdos trabalhados em sala de aula regular e é fundamental para o seu desenvolvimento pessoal e social. Com relação ao desenvolvimento dele com os demais alunos, ela disse que é difícil a comunicação; o aluno precisa da ajuda do intérprete sempre, pois os colegas e demais funcionários da escola não sabem Libras, apesar disso, ele consegue interagir bem com a comunidade escolar.

O intérprete em sala de aula não é apenas um mediador linguístico, mas também um facilitador do processo educacional, assegurando que estudantes surdos tenham acesso equitativo ao conhecimento e

participem ativamente do ambiente escolar. Sua atuação vai além da simples tradução, exigindo sensibilidade pedagógica e compreensão das dinâmicas *educacionais*. (Quadros, 2004, p. 67)

O processo de inclusão na sala de aula ocorre com muita dificuldade, não tem intérprete para acompanhar o aluno e auxiliar na realização das atividades. A língua brasileira de sinais (Libras) pode ser integrada na sala de aula de várias formas, como a presença de intérpretes, com a criação de jogos e com a adaptação de materiais didáticos.

Ensinar alunos com deficiência é um desafio, essa tarefa não seja apenas de responsabilidade dos professores, mas de toda a sociedade, a saber, família, escola, e governo, para que de fato, haja o acesso, a permanência com qualidade dos alunos surdos na educação pública e privada.

Os resultados apontam a necessidade, cotidiana de o nosso repensar e (re) significar a minha prática pedagógica quanto professora de pedagogia, ficar atento às novas mudanças no cenário educacional e ampliar o meu conhecimento numa perspectiva reflexiva a partir da minha realidade concreta que vivencio na prática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de inclusão de alunos surdos enfrenta dificuldades e a falta de intérpretes é um obstáculo. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) pode ser integrada de diversas formas, seja com intérpretes, jogos e materiais didáticos adaptados. Ensinar alunos com deficiência é um desafio que envolve professores, sociedade, família, escola e governo para garantir acesso e permanência com qualidade na educação pública e privada.

Conforme constatado na fala da professora – graduada em pedagogia, mas sem especialização em Libras –, a maior dificuldade de aprendizado por parte do aluno surdo é a Língua Portuguesa, mostrando a urgência em se considerar as necessidades específicas discentes ao adaptar o planejamento pedagógico.

Estratégias para profissionais incluem recursos visuais, legendas em português, vídeos em Libras e filmes. Vídeos devem ter legendas para alunos

surdos, facilitando a compreensão e inclusão. Moraes (2018) destacou a melhora na comunicação de surdos com o uso de redes sociais. Se o material não for legendado, podem-se usar softwares como Windows Movie Maker ou desenhos.

Recursos visuais como esquemas e símbolos são fundamentais para o aprendizado de alunos surdos, ampliando a compreensão dos conteúdos. Estratégias pedagógicas visuais promovem entendimento e inclusão, tornando o ambiente educacional acessível. Na sala de recursos, o aluno aprende com mais facilidade, sendo fundamental para seu desenvolvimento pessoal e social. A comunicação com os demais alunos pode ser difícil, necessitando do intérprete, mas o aluno consegue interagir bem na comunidade escolar. O intérprete em sala de aula é um mediador lingüístico e facilitador do processo educacional.

É necessário repensar a prática pedagógica, estar atento às mudanças e ampliar o conhecimento numa perspectiva reflexiva. O tema abordado neste Trabalho de Conclusão de Curso reflete um aspecto fundamental da educação inclusiva e da valorização da diversidade cultural e lingüística. A experiência com um aluno surdo na minha aldeia não só trouxe desafios e aprendizados sobre a adaptação e superação de barreiras de comunicação, mas também evidenciou a urgência de respeitar e integrar diferentes contextos culturais e sociais no processo educativo.

Para mim, pessoalmente, este trabalho representou uma oportunidade única de aplicar teorias pedagógicas e lingüísticas na prática, ao mesmo tempo em que me conectei com uma realidade muito diferente da minha. O contato com a comunidade indígena e a vivência com o aluno surdo me ensinaram a importância da escuta ativa, da flexibilidade e da empatia para promover uma educação mais justa e igualitária.

Este estudo também tem grande relevância para meu estado, Alagoas, pois trata da inclusão de uma população historicamente marginalizada, tanto no contexto da surdez quanto das comunidades indígenas. Ao trazer à tona questões de acessibilidade e de adaptação do ensino para esses alunos, acredito que este trabalho pode contribuir para políticas públicas e ações mais eficazes em educação inclusiva, respeitando as especificidades culturais e lingüísticas.

Além disso, para minha universidade, este trabalho representa um avanço no entendimento e na pesquisa de temas pouco abordados, como a inclusão de surdos em comunidades indígenas. Ele reforça o compromisso da instituição com a

formação de profissionais capazes de lidar com a diversidade e de implementar práticas pedagógicas que atendam a todas as necessidades dos alunos, independentemente de suas origens culturais ou condições de aprendizagem

Em resumo, a importância deste tema vai além de um simples estudo acadêmico; traz à tona questões sociais e culturais relevantes para a construção de uma sociedade mais inclusiva e para a criação de um sistema educacional mais equitativo.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, B. R. N. A escolarização de indígenas terena surdos: desafios e contradições na atuação do tradutor intérprete de línguas de sinais – tils. **Dissertação de Mestrado**, Campo Grande – MS, 2018.

COELHO, L. L., & BRUNO, M. M. G. (2024). A Interface entre Educação Escolar Indígena e a Educação de Surdos no MS. **Educação & Realidade**, 48. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236124017vs01>. Acesso em: dez., 2024.

COELHO, Luciana Lopes; BRUNO, Marilda Moraes Garcia; CRUZ-ALDRETE, Miroslava. Comunidades indígenas e as línguas de sinais: os desafios do ensino bilíngüe para indígenas surdos. **LIAMES: Línguas Indígenas Americanas**, Campinas, SP, v. 22, n. 00, p. 22016, 2022.

KNAPP, Cássio. O Ensino Bilíngüe e Educação Escolar Indígena para os Guarani e Kaiowá de MS 2016. 423 f. **Tese** (Doutorado em História) – o Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

MORAIS, Regiane Cristina de Oliveira. Redes sociais e aplicativos como ferramenta de comunicação dos surdos. **Dissertação de Mestrado**, Universidade de Taubaté, 2018. Disponível em: mpemdh.unitau.br. Acesso em: jan., 2025.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de Língua de Sinais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVA, Aline Aparecida da; SANTOS, Luciana Aparecida dos. **Dificuldades de alunos surdos na aprendizagem da língua portuguesa e possibilidades para o seu ensino**. Disponível em: sguweb.unicentro.br. Acesso em: jan., 2025.

STROBEL, Kátia. **Educação de Surdos**: novos rumos. Porto Alegre: Mediação, 2009.

ANEXO

QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO APLICADO PARA GERAÇÃO DE DADOS DA PESQUISA



QUESTIONÁRIO DE SONDAGEM

B *I* U  

Prezado/a,

Este questionário integra a pesquisa intitulada "**ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA AO ALUNO SURDO: UMA EXPERIÊNCIA COM ALUNO INDÍGENA WASSU COCAL**", em fase de desenvolvimento, sob minha responsabilidade, Márcia dos Santos Lima Silva, graduanda do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena em Letras (CLIND), da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Em nome da UNEAL e do orientador desta investigação, Prof. Dr. David Christian de Oliveira Pereira, agradeço sua disponibilidade e contribuição ao fazer científico brasileiro.

1. Quais são os principais desafios enfrentados ao ensinar Língua Portuguesa para alunos surdos em sala de aula? *

Texto de resposta longa

2. Como você adapta seu planejamento pedagógico para incluir alunos surdos no processo de ensino-aprendizagem? *

3. Quais estratégias específicas você utiliza para ensinar leitura e escrita a alunos surdos? *

Texto de resposta longa

4. Você utiliza recursos visuais ou tecnológicos para facilitar a compreensão dos conteúdos? *

Se sim, quais?

Texto de resposta longa

5. De que forma você integra a Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas suas aulas? *

Texto de resposta longa

6. Como é a interação entre os alunos surdos e ouvintes durante as atividades em sala? *

Texto de resposta longa

7. Há um intérprete de Libras disponível na sua escola? Se sim, como é a parceria entre vocês no ensino da Língua Portuguesa? *

Texto de resposta longa

8. Como você avalia o desempenho dos alunos surdos, considerando as possíveis diferenças *
no desenvolvimento da Língua Portuguesa?

Texto de resposta longa

9. Que tipo de formação ou capacitação você recebeu para trabalhar com alunos surdos? Há *
algo que você sente falta nesse aspecto?

Texto de resposta longa

10. Quais são as principais lições ou aprendizados que o trabalho com alunos surdos trouxe *
para a sua prática docente?

Texto de resposta longa